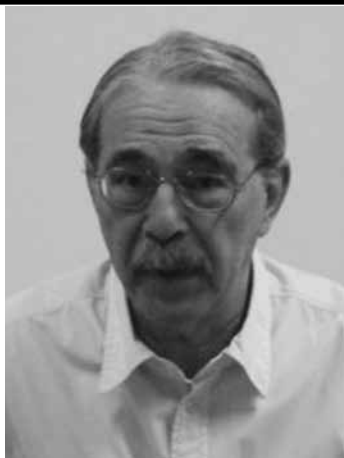


UMA TRAJETÓRIA NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO LATINO-AMERICANA E SUAS INSTITUIÇÕES

A TRAJECTORY IN THE FIELD OF LATIN AMERICAN COMMUNICATION AND ITS INSTITUTIONS

UNA TRAYECTORIA EN EL CAMPO DE LA COMUNICACIÓN LATINOAMERICANA Y SUS INSTITUCIONES

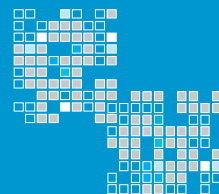


Entrevista com Luiz Gonzaga Figueiredo Motta

■ Luiz Gonzaga Figueiredo Motta é jornalista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (1968), Master of Arts em Jornalismo, Indiana University (1973), doutorado (PhD) em Comunicação de Massa, University of Wisconsin-Madison (1977), e estágio de pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (2002/3). Tem livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Atualmente é professor associado da Universidade de Brasília, onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP). Foi editor da revista *Brazilian Journalism Research* e do observatório de “Mídia&Política”. Foi fundador da ALAIC e secretário de comunicação da Universidade de Brasília. É editor-chefe da revista de divulgação científica e cultural *Darcy*, da UnB. Pesquisador do CNPq, tem experiência nas áreas de linguagem do jornalismo, narrativas jornalísticas e processos cognitivos e simbólicos, mídia e política e comunicação para o desenvolvimento. Suas pesquisas atuais versam sobre a teoria da notícia, narrativa jornalística e processos cognitivos, e simbólicos, história do presente, construção do acontecimento e mídia e política.

■ Por Fernando Oliveira Paulino

Radialista, jornalista, mestre e doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), com estágio na Universidad de Sevilla. Professor na UnB, é pesquisador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom) e do projeto Comunicação Comunitária e Cidadania (CNPq), ouvidor adjunto das rádios da Empresa Brasil de Comunicação (Termo de Cooperação UnB-EBC), um dos fundadores do projeto de pesquisa e extensão “SOS-Imprensa” (www.unb.br/fac/sos) e consultor na Universidade Solidária. Foi professor no Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB (2001-2009), onde coordenou o curso de pós-graduação em Assessoria em Comunicação Pública (2007-2009). Responsável pelo projeto “Comunicação Comunitária” (www.unb.br/fac/comcom). Um dos coordenadores do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. Membro da comissão organizadora da 1.ª Conferência Nacional de Comunicação. Membro do conselho diretivo da ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación), 2009-2011.



[...] a política se impunha como primeiro fator da vida acadêmica, de nosso cotidiano, a política era muito presente e forte, e marcava tudo o que nós fazíamos

Como as restrições à liberdade presentes no Brasil e na América Latina, nos anos 1960 e 1970, marcaram o início de sua trajetória como pesquisador e jornalista?

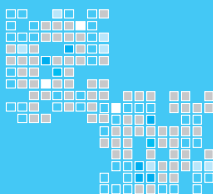
Este período foi caracterizado por muitas restrições. Nós todos ficamos muito marcados por essa ausência de liberdade, e isso chegava até o nosso plano existencial, porque afetava as nossas relações todas, até as relações afetivas. As pessoas ficavam com medo de se revelar e se abrir, algo normal naquela época. Então nós éramos todos muito afetados por esse ambiente de repressão, e isso então se transformou muito numa marca da minha geração, e durou décadas. Não só no Brasil, que viveu uma ditadura entre 1964 e 1985, mas também na Argentina, no Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, enfim, em quase todos os países latino-americanos. E é claro que a minha trajetória na graduação e na pós-graduação até meados dos anos 1980 foi uma formação muito marcada por este lado da conquista das liberdades, do

espaço, da liberdade de se reunir, de poder falar, se expressar. Enfim, uma liberdade básica mínima que era importante para todos nós porque no ambiente intelectual, acadêmico, jornalístico, não se pode viver sem liberdade.

Tanto no seu mestrado como o seu doutorado o senhor estudou as restrições à liberdade de expressão no Brasil e em alguns países da América Latina. Como essas questões se materializaram nos seus estudos acadêmicos?

Fiz meu mestrado ainda como jornalista. Eu era repórter e ganhei uma bolsa para ir para os Estados Unidos. E o mestrado, como não podia deixar de ser, foi condicionado por este ambiente de repressão e de ausência de liberdades, que se refletia muito no trabalho jornalístico. Na minha dissertação, eu analisei qual foi a saída que a imprensa encontrou para resolver o problema dos conteúdos de jornais no período em que os censores passaram a atuar dentro das redações. Minha

pesquisa demonstrou que, com a ditadura militar, houve uma queda drástica das coberturas da política, das manifestações de rua que naquele momento eram muito presentes no cenário brasileiro e internacional. No Brasil e na América Latina havia muitas manifestações, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba. Enfim, as manifestações de rua eram uma das formas de expressão da resistência popular mais forte, pois como não se podia editar jornais, panfletos, cartazes, as manifestações de rua eram muito importantes, desempenhavam um papel muito importante na expressão do repúdio à ditadura e ao autoritarismo. Neste período, houve uma queda na cobertura de política de 25% para 3% no volume do noticiário político. E para cobrir esse espaço que estava proibido, os jornais encheram as páginas de noticiário internacional, noticiário esportivo, que cresceu muito também, e o noticiário das chamadas notícias de interesse humano, dos fait divers, das soft news. Não estou



[...] o grupo que estava lá encontrou uma identidade muito grande, política e acadêmica, havia entre nós um sentimento muito homogêneo sobre a questão da comunicação no continente

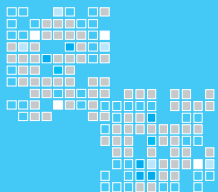
dizendo que este conteúdo não seja de interesse da sociedade e do público, mas que num crescimento desmesurado, desproporcional, significa um subterfúgio para se resolver o problema de impossibilidade de colocar outras coisas mais relevantes no lugar. Diante disso, a produção acadêmica estava muito marcada pelo sentimento de que tudo tinha que ser uma ação de resistência, uma ação política. Na verdade era muito isso: a política se impunha como primeiro fator da vida acadêmica, de nosso cotidiano, a política era muito presente e forte, e marcava tudo o que nós fazíamos.

A partir dessa passagem pelos Estados Unidos, o senhor intensificou seu contato com intelectuais latino-americanos. Isso de alguma maneira contribuiu para que o senhor fosse um dos fundadores da Alaic em 1978?

Quando eu voltei ao Brasil (1973), além de professor, continuei trabalhando como repórter. Neste período, a UnB começou a organizar seu

programa de pós-graduação em Comunicação. Como naquela época ninguém sonhava com o doutorado, era só o mestrado, então a gente começou a organizar o curso de mestrado nessa época. Quando isso começou a ser pensado, eu pensei: “olha, já que eu abracei definitivamente a carreira acadêmica, eu quero chegar ao máximo da carreira, quero fazer meu doutorado, e quero voltar para colaborar com esse curso de pós-graduação”. Então, voltei para os Estados Unidos para fazer meu doutorado na Universidade de Wisconsin, instituição muito direcionada para o tema da comunicação e o desenvolvimento. Nos EUA, convivi com outros latino-americanos, com o ambiente e a cultura da América Latina daquele momento, que era a resistência à ditadura. Em 1978, terminei meu doutorado e voltei para a Universidade de Brasília. Neste período, a Unesco promoveu um encontro no Panamá convidando representantes de entidades científicas. Fui indicado para representar o Brasil

pela Associação Brasileira para Ensino e Pesquisa em Comunicação (Abepec). No encontro, havia umas 20 pessoas. Antonio Pasquali, Fernando Reyes Matta, Oswaldo Capriles, Joseph Rotta e Eduardo Contreras estavam presentes nesta reunião na qual a Unesco promoveu debate sobre a implantação de Políticas Nacionais de Comunicação. E aí então começou essa minha convivência, porque a partir dessa reunião, o grupo que estava lá encontrou uma identidade muito grande, política e acadêmica, havia entre nós um sentimento muito homogêneo sobre a questão da comunicação no continente. Nós começamos a nos corresponder, a ter uma relação mais constante, e planejamos uma reunião no segundo semestre de 1978 que pudesse criar uma associação latino-americana. Organizamos a reunião, que só poderia ocorrer na Venezuela, não poderia ser em nenhum outro país, porque a Venezuela era o país mais democrático naquele momento. Então fomos todos para a Venezuela



Eu acho que essa dificuldade de comunicação sem dúvida nenhuma foi um dos principais empecilhos dos primeiros anos da Alaic

e esse grupo criou a Alaic em novembro de 1978. A partir daí houve uma convivência muito grande com outros professores, comunicólogos e jornalistas latino-americanos, havia muitos jornalistas envolvidos nisso. E enfim, assim começou esse meu trabalho, essa minha relação muito intensa nessa época, final dos anos 1970, início dos anos 1980 com a América Latina.

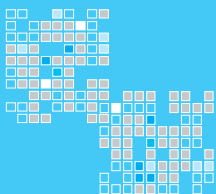
Havia um desejo de se criar uma identidade acadêmica para o continente, não ficar dependendo apenas de referenciais teóricos europeus e dos EUA. Como esse encontro de interesses gerou a criação da identidade e de pesquisas conjuntas?

Nos anos 1970, teorias importantes nasceram na América Latina. Um delas, a teoria da dependência surgiu com a obra (*Dependencia y Desarrollo em América Latina*), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. A publicação desse livro estimulou outros sociólogos, politólogos e economistas a escrever uma teoria da dependência que era uma teoria

do imperialismo revertida para os países latino-americanos.

O grande diferencial da teoria da dependência, do ponto de vista sociológico, é que ela não mostrava apenas uma relação econômica de dependência, como se os países do centro do capitalismo internacional tivessem submetido os países do Terceiro Mundo. O que não era verdade, essa era apenas parte da verdade, porque havia uma burguesia nacional nesses países, que tinha aceitado, importado esses modelos, então não era só uma coisa que vinha de fora para cá, não era só o imperialismo desses países dizendo: “eu sou o Império, então eu vou impor o meu modelo, a minha economia sobre os países pertencentes ao meu império”. Era também uma teoria que tinha outro caminho: “eu sou um país atrasado, portanto eu preciso e vou me alinhar com o grande capital, com as teorias do grande capital, etc”. Então houve um nascimento de uma teoria político latino-americana. E no interior disso, na mesma corrente, houve algumas teorias da comunicação

e da informação que estão relacionadas a essa visão, que certa maneira nos unia no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Então nessa época se elaboraram muitos trabalhos sobre a questão da dependência informativa, tecnológica, enfim, de toda uma dependência no campo da informação que estava relacionada a essa adoção acrítica dos modelos de desenvolvimento dos países chamados modernos, como se nós tivéssemos que repetir aqui aquilo que era o modelo dos países avançados. Para sermos modernos, nós teríamos que repetir em nosso continente, em nossos países, as coisas que tinham sido feitas nos países do capitalismo central. E essa crítica foi muito forte, refutando muitas teorias difusionistas, de comunicação para o desenvolvimento, que haviam sido criadas principalmente nas universidades dos EUA por pesquisadores como Daniel Lerner e Everett Rogers, situação que nos uniu para buscarmos um modelo mais democrático no sentido do desenvolvimento da comunicação e da comunicação



Então nessa época se elaboraram muitos trabalhos sobre a questão da dependência informativa, tecnológica, enfim, de toda uma dependência no campo da informação [...]

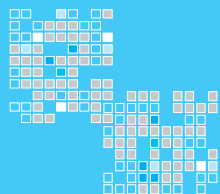
como um instrumento para o desenvolvimento social.

Havia um interesse de aproximação e uma identidade acadêmica, mas os primeiros anos foram difíceis para a Alaic. Não havia internet nem outras tecnologias de comunicação que existem hoje. O senhor poderia relatar as dificuldades que existiam? A ausência de recursos financeiros também dificultou essa fase inicial da entidade?

Dificultou sim. Nada era fácil naquele momento, porque hoje se você criar uma entidade qualquer, uma organização não-governamental, um grupo de estudos, um laboratório de estudos dentro de um instituto, dentro de uma universidade, existe uma boa vontade, uma intenção, uma disponibilidade muito grande de patrocínio. Os editais estão abertos, tanto de agências oficiais de apoio, quanto de organizações e agências internacionais. Existe capital e facilidade de financiamento para isso. E naquela época era o contrário. Havia na Unesco uma luta muito intensa, tanto que os Estados Unidos, que

eram os grandes financiadores da entidade, saíram da organização. Também havia restrições de deslocamento e de comunicação. Não era fácil eu falar daqui de Brasília para Santiago do Chile. Era necessário fazer uma ligação e esperar oito horas para a chamada se completar, a pessoa tinha que ficar esperando o telefonista chamar de volta. Então não era fácil como é hoje. Não havia internet, nem se sonhava isso, e o nosso meio de comunicação na verdade era viajar, era a forma que nós encontrávamos para mantermos o contato. Buscávamos apoio para organizarmos seminários, se não conseguíssemos, bancávamos parte dos custos, porque nem sempre se encontrava respaldo financeiro. Com isso, nos vimos um número razoável de vezes. Os encontros se sucederam para tocarmos a Alaic para frente. Eu acho que essa dificuldade de comunicação sem dúvida nenhuma foi um dos principais empecilhos dos primeiros anos da Alaic. Então era tudo muito difícil, e obviamente todo tipo de dificuldade, porque a gente não encontrava apoio

em praticamente nenhuma instituição nacional. Isso é interessante. Outro dia, estava pensando como que na minha trajetória, em nenhum momento eu tive apoio do governo brasileiro. Eu não tinha bolsa naquela época, as minhas bolsas foram todas externas. Todas. O meu financiamento para o meu mestrado, o meu doutorado, o meu pós-doutorado, depois que terminou a minha bolsa eu tive que voltar lá para defender a minha tese, fiquei lá mais três meses nos EUA, foi outra bolsa estrangeira, dessa vez da Fundação Ford. Porque aqui a gente não tinha apoio, e não era à toa, não havia esse apoio, tudo era conseguido externamente principalmente por parte da Venezuela, onde havia não só a liberdade e o desejo, mas também existia o apoio do presidente Carlos Andrés Pérez. Ele não era um presidente progressista, era um presidente populista, com certo progressismo em alguns aspectos, com conservadorismo em outros. Mas nessa causa ele nos apoiou. A Venezuela patrocinou muitas viagens da Alaic naquele momento.



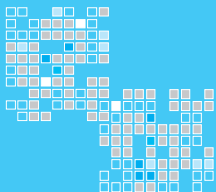
E todo mundo queria intervir, colocar suas ideias, e o Brasil começou a ter um papel muito importante não só na transformação dos outros países [...]

Em 1989, o senhor e outros professores como Venício Artur de Lima, José Marques de Melo e Margarida Kunsch organizaram um movimento de reconstrução da Alaic. A partir de então o Brasil passa a ter um maior protagonismo nos rumos da Alaic. Como o senhor vê a participação dos pesquisadores brasileiros nas atividades da Alaic nos últimos 20 anos?

Em 1989, o Brasil já vivia uma democracia. Nós estávamos em um momento de grande efervescência democrática e política, porque em 1987 se instalou a Assembleia Nacional Constituinte, que foi até 1988, e aí sim houve uma abertura, uma explosão de tudo aquilo que estava comprimido, reprimido, estourou como extravasamento de ideias, de propostas, de políticas públicas. E todo mundo queria intervir, colocar suas ideias, e o Brasil começou a ter um papel muito importante não só na transformação dos outros países, onde as ditaduras foram terminando e caindo uma por uma, mas também no que significava esse momento de restauração da democracia e de um ambiente de liberdade, de

políticas públicas renovadoras. Vivíamos um ambiente político de muita liberdade e participação, porque de fato a sociedade civil brasileira participou da elaboração da Constituinte. Tudo que estava reprimido imediatamente veio para Brasília, para o Congresso Nacional e muitos deputados sentiam que era o momento necessário para ouvir e se abrir para a sociedade. Na área da comunicação houve uma mobilização muito grande e talvez isso explique um pouco essa necessidade de nós nos organizarmos imediatamente após a instalação da democracia no Brasil e da Assembleia Nacional Constituinte para fazer propostas concretas. É claro que muita coisa avançou em termos de pensamento. Em termos de práticas e políticas públicas avançou-se muito menos. Tanto que agora, quando foi convocada a primeira Conferência Nacional de Comunicação (<http://proconferencia.org.br/assunto/confecom/>), muitas propostas voltaram como se fossem feitas originalmente, pela primeira vez. Na verdade essas propostas já haviam sido pensadas há vinte

anos, e na verdade eu acho que a morte do Tancredo Neves [eleito Presidente da República em 1985] foi muito significativa no sentido negativo. Porque embora Tancredo fosse um político conservador, ele era um político tolerante, que era muito próprio da política mineira daquela época. Você era conservador, mas tolerava. E na área da cultura dizia-se que você era de esquerda, na área de política, de centro, e na área da economia, conservador. Então como ele era, mesmo no conservadorismo, um pouco avançado na área da cultura, o Tancredo se abriu muito. Aliás, o próprio Comitê que centralizou as políticas públicas a serem implantadas com a Nova República, era um Comitê muito avançado composto por intelectuais como José Serra e Cristovam Buarque, que recebiam e discutiam propostas. Na Faculdade de Comunicação da UnB, criamos um grupo composto por mim, Venício Artur de Lima, Murilo César Ramos, Salomão Amorim, Carlos Setti e Ubirajara da Silva que elaborou propostas concretas para políticas de comunicação,



[...] porque eu não consigo deixar de pensar, que como um professor universitário em uma universidade pública, eu devo alguma coisa à sociedade, eu tenho que dar uma resposta [...]

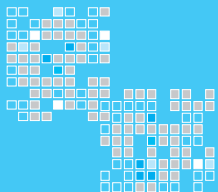
e levamos esse documento ao Comitê. A morte do Tancredo mudou muito o pacto político, tanto que eu fui para a direção da extinta Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e fiquei apenas pouco mais de um ano lá porque logo em seguida caiu Fernando Lyra, então Ministro da Justiça, um ministro avançado e muito amigo do Fernando Henrique [Cardoso, ex-presidente da República], entrou o Paulo Brossard, que era um ministro muito mais conservador, e nós saímos, e as coisas que tinham avançado num primeiro momento, retrocederam. Mas voltando para a questão: eu acho que com toda essa efervescência o Brasil começou a ter uma influência maior no continente, a mostrar mais produção intelectual e comunicacional. E depois com o próprio desenvolvimento do país e a proliferação dos cursos de pós-graduação, o Brasil começou a ter uma presença muito grande. Se você comparar, inclusive não só com os países latino-americanos, mas com os países europeus hoje, o Brasil está muito mais avançado em termos de reflexão sobre a

questão da comunicação do que muitos países europeus. Então, com essa proliferação da pós-graduação, e com essa quantidade enorme de doutores e teses de mestrado e doutorado logo em seguida, nós estamos tendo atividades importantes na área da comunicação.

Professor, o senhor também tem uma presença em alguns cursos e publicações do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal) no Equador. Uma delas publicada em uma coletânea recentemente organizada por Thomas Tufte por Alfonso Gumucio Dagron (*Antología de comunicación para el cambio social*) na qual o senhor apresenta sugestões para a atividade de planejamento de comunicação e desenvolvimento, levando em conta a cultura local. Qual a importância do Ciespal para a comunicação da América Latina?

Fui eleito para um mandato de dois anos como diretor do então Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, em 1979. Havia um problema político interno na UnB porque

os cursos de comunicação e de arquitetura eram considerados, pelo reitor autoritário da época, o epicentro da subversão. Como se dizia na época, nós éramos os subversivos, nós procurávamos subverter a ordem, éramos o pólo da resistência ao autoritarismo instalado na UnB. Então a minha gestão na chefia da Faculdade foi muito complicada. Do ponto de vista administrativo corria tudo bem, mas do ponto de vista da relação política com a reitoria era muito complicado. E ele começou a me estrangular, do ponto de vista não só administrativo, mas principalmente do ponto de vista acadêmico. Eu estava no melhor momento da minha carreira acadêmica, havia acabado de defender a tese, na fase dos trinta anos, você está com todo o gás, fazendo, escrevendo e publicando. E eu recebia muitos convites. Eu recebi um convite para ir a um Seminário em Acapulco, no México, e um para ir à Pensilvânia. E eram dois congressos importantes, um atrás do outro. Porém quem decidia se o professor podia viajar ou não era o reitor. Só

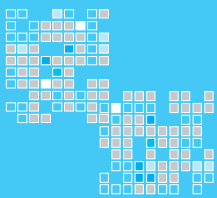


Até meados dos anos 1990, estive muito envolvido com as políticas de comunicação e comunicação para o desenvolvimento, comunicação e difusão e mobilização social.

com autorização dele, a ditadura havia feito essa lei, o professor podia se ausentar. E como eles tinham o controle sobre os reitores, só viajava quem podia viajar. E o reitor era muito cínico, muito carrasco. Ele deixava as pessoas ficarem na expectativa de que iriam viajar, e na semana da sua viagem, ele proibia. E isso aconteceu comigo. Eram dois congressos importantes, eu tinha desejo enorme de participar, porém, na semana da viagem, ele negou, e eu não pude viajar. Depois eu tentei fazer em Brasília um seminário internacional, e convidei várias pessoas; Três dias antes do encontro, o reitor disse que não tinha como realizar o Seminário e retirou todos os apoios. E era assim que ele fazia, era tortura com os professores, ele deixava você ir até o final, e quando você estava pronto, e quando iria realizar aquela coisa, ele cortava. E aí o seu castelo caía. Você se desmoronava. Eu me dei conta de que eu não podia continuar na Universidade de Brasília, eu não tinha mais vida aqui dentro, não conseguia mais fazer o meu trabalho. Então eu pedi demissão, saí da

universidade, e falei: “Eu não tenho como ficar no Brasil. Eu vou embora, vou para outro canto”. Em 1981, houve um concurso do Ciespal, várias pessoas haviam se candidatado, era um lugar desejado, com um bom salário, e eu mandei o meu currículo e fui selecionado e trabalhei no Ciespal durante dois anos e meio. O programa para o qual eu fui contratado era o de políticas e planejamento da comunicação em projetos de comunicação participativa. Já estava lá, quando eu cheguei, outro colega, o chileno Eduardo Contreras e nós formamos uma dupla, ele dava a parte de pesquisa, de diagnóstico comunitário, e eu a parte de planejamento da comunicação comunitária. Então nós começamos a trabalhar juntos e demos cursos para vários grupos de professores, comunicadores, agentes de projetos da América Latina inteira. Foram uns quinze cursos. Cada curso durava um mês, nós oferecíamos de dois a três cursos desses por ano, e as pessoas iam para lá, faziam o curso, e depois voltavam. Então nesses dois anos e meio no Equador eu pude ter uma

convivência muito grande com pessoas de vários países latino-americanos. Alguns cursos eram nos países, a gente se deslocava e não os alunos. Havia no Ciespal algo que eu não tinha muito contato de trabalho e pessoal até então, que era a Rádio Nederland, que tinha uma atuação muito forte na América Latina. Eles foram responsáveis pelo nascimento de emissoras de rádio em várias cidades latino-americanas. Havia produção de radioteatro, envolvendo a comunidade e isso na Bolívia, no Peru, na Colômbia e no Equador, países, à época com uma economia muito voltada para a pequena produção, onde este conteúdo tinha uma importância enorme. Existia na Colômbia, o Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social que foi muito importante para a criação e expansão do pensamento sociológico e econômico. O Ciespal desenvolvia esse papel de mediar esse trabalho de organizações comunitárias, meios locais, cinema local, rádio local, e acabou tendo uma presença muito grande naquele momento, e uma



Mas eu não consigo fazer o meu trabalho na universidade sem pensar que esse trabalho tenha uma intervenção na profissão, na sociedade.

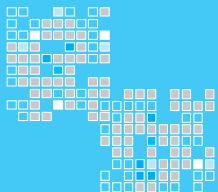
responsabilidade muito grande na disseminação desse pensamento democrático na área da comunicação. O Ciespal publicava a revista Chasqui, que saía três vezes por ano, com muita regularidade. Nós fizemos lá umas doze revistas que circularam muito pela América Latina toda. Então de certa maneira o pensamento que estava naquele núcleo era disseminado. Nós convidávamos outros pesquisadores, como Fernando Reyes Matta, Jesus Martín-Barbero, e outros que ficavam ali durante uma semana ou duas, quando a gente fazia os cursos. Enfim, era um trabalho muito interessante, muito rico, muito efervescente. E lá eu publiquei um trabalho, que eu considero um dos cinco melhores que eu fiz na vida, que foi o livro *Planificación de la comunicación en proyectos participativos*, saiu só em edição espanhol, que foi muito elogiado e disseminado. Ele foi muito utilizado como um manual, um documento prático de intervenção. Eu me lembro que o Luis Ramiro Beltrán, que é um comunicólogo muito importante na América

Latina, utilizou muito esse livro em várias palestras, cursos e trabalhos. Então esse trabalho ficou muito conhecido, e na organização do livro *Antología de comunicación para el cambio social*, o professor Alfonso Gumucio Dagron me procurou e pediu que publicasse uma parte do trabalho nesse livro, o que me honra muito. Porque estar nesse livro, que é uma antologia de textos sobre comunicação e mudança social, comunicação e desenvolvimento, estar aí no meio de nomes tão fortes e tão renomados é uma honra muito grande para mim.

Nos últimos vinte anos, com o processo de democratização, o senhor tem estudado a produção de sentido no jornalismo diário, o jornalismo como uma narrativa que tece o presente. Fale um pouco desse objeto de estudo, a narrativa jornalística.

Até meados dos anos 1990, estive muito envolvido com as políticas de comunicação e comunicação para o desenvolvimento, comunicação e difusão e mobilização social. Só que eu venho do jornalismo,

eu sou e me considero um jornalista. Então quando a democracia foi se consolidando no Brasil e na América Latina, pude retomar o tema da minha tese de doutorado, que era o jornalismo, exatamente a questão da linguagem do jornalismo e dos valores notícia: porque os jornais são como são, e porque eles têm esse tipo de conteúdo. Como isso se consolida dessa maneira que é. Por que o nosso jornalismo, das democracias ocidentais, é da forma que é. E essa também é a minha pergunta, e eu pude retomar essa pesquisa, mais na linha do que é o seu tema, que é responsabilidade social da mídia, que eu também considero como sendo o meu tema. Tenho estudado a questão das narrativas jornalísticas, assunto que se impôs como narrativas, mas é na verdade a questão da instituição imaginária da sociedade através do jornalismo ligada a questão da responsabilidade social, porque eu não consigo deixar de pensar, que como um professor universitário em uma universidade pública, eu devo alguma coisa à sociedade, eu

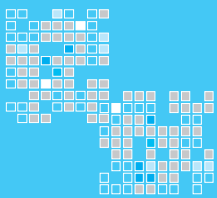


O jornalista também tem condições de relacionar e contextualizar a matéria dele, ou seja, ele pode melhorar a qualidade de informação que ele presta à sociedade através da notícia [...]

tenho que dar uma resposta, um retorno, eu não posso ser só um acadêmico. Eu penso assim, posso estar errado. Pode ser um defeito, uma qualidade, não sei. Mas eu não consigo fazer o meu trabalho na universidade sem pensar que esse trabalho tenha uma intervenção na profissão, na sociedade. Então a partir daí eu fui retomando os temas da responsabilidade social na mídia, pensar um pouco sobre a questão da qualidade da informação. Eu me inquieto muito. Pouco tempo atrás, foi um dos criadores do Observatório de Mídia e Política (<http://www.midiaepolitica.unb.br/nemp.HTM>) que busca intervir na profissão e também participei da fundação da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (www.renoi.blogspot.com). Nós não podemos ficar fechados na academia, temos que ter um olho na profissão, verificando o que está sendo feito nela, e dar um retorno. Nós temos que fazer uma crítica no sentido de fazer com que a qualidade da informação do jornalismo brasileiro seja melhor do que é. Então por essa linha eu fui chegando às questões que eu investigo hoje. Essas

questões da responsabilidade social da informação é uma questão que continua comigo. Eu trabalhei recentemente com muita intimidade com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (www.andi.org.br), que é uma ONG que atua muito efetivamente do ambiente profissional, e nós nos aproximamos, e houve aí uma parceria entre nós para a realização na UnB de cursos sobre Crítica da Mídia e sobre o jornalismo social, entendido como um jornalismo que tome como paradigma o desenvolvimento social. Não é um jornalismo de sociedade, de questões sociais, de políticas públicas. Também é isso. Mas é mais do que isso, é um jornalismo que pode ser político, econômico, social, policial, mas que tome como parâmetro, referência, o desenvolvimento social. E eu acho que como jornalista isso hoje não é mais uma questão distante, exótica, como era pensada antes, porque hoje existem instrumentos à disposição dos jornalistas aos quais eles podem recorrer no dia-a-dia. Eu não estou defendendo que na faculdade devamos entupir os

alunos com a questão social, e com o desenvolvimento humano e social, e nem estou defendendo que o jornalista saia escrevendo todo dia sobre o desenvolvimento humano e social. Mas eu estou defendendo que os parâmetros de cobertura sejam cada vez mais esse tipo de desenvolvimento. Porque isso é uma referência para você cobrir, por exemplo, o crime do bairro x ou y, e você pode relacionar aquele crime com a questão da segurança pública naquela localidade. Porque muitos dados estão disponíveis, por exemplo, no site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, www.ipea.gov.br), que o jornalista pode acessar a qualquer momento, com informações disponíveis sobre a aquela rua, o que acontece em termos de iluminação pública, de lazer para a juventude, de nível de educação. O jornalista também tem condições de relacionar e contextualizar a matéria dele, ou seja, ele pode melhorar a qualidade de informação que ele presta à sociedade através da notícia, por meio dos dados que estão disponíveis, e é isso que nós estamos defendendo.



Enfim, gostaria de estimular que a Alaic tivesse uma presença mais local. É importante que ela seja uma entidade internacional, mas que ela tenha também desenvolva presença mais localizada [...]

Essa preocupação que o senhor tem com o entorno social também se manifestou em sua atuação na Comissão de Especialistas que debateu novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil, representando a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (www.sbpjor.org.br), entidade da qual o senhor também é um dos fundadores. Por favor, fale um pouco de sua atuação na SBPJOR.

Prezo muito pela SBPJor, entidade, que eu ajudei a fundar em 2003, junto com muitos outros colegas nossos. Fui das duas primeiras diretorias, duas vezes vice-presidente. E durante quatro anos editor da revista da SBPJor (<http://vsites.unb.br/ojsdpp/index.php>). Eu acho que é uma associação que cresceu muito, porque era realmente necessária, e que precisa ser fortalecida. Recentemente, no último encontro, em novembro de 2009, recebi o título de sócio benemérito, e eu acho que para mim é uma honra muito grande, um reconhecimento da entidade pelo trabalho que fiz, embora

creio ter feito pouco. Ainda posso fazer muito mais.

Como um dos funcionários da Alaic, o que gostaria de sugerir para a entidade nos seus próximos anos? Que caminhos a Alaic poderia seguir?

Considero que a Alaic está muito bem. Pretendo colaborar com a *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, que é muito boa, agradável de ser lida, tem uma área geográfica muito grande com artigos de várias áreas e países. A Alaic faz o seu congresso, continua tendo uma presença importante. Penso que a Alaic tem que continuar fazendo o que já faz. Talvez a entidade pudesse buscar apoios mais consolidados, mais patrocínios para os seus encontros e suas atividades, para que pudesse se institucionalizar ainda mais com uma presença maior pelo menos nas grandes unidades de ensino da comunicação na América Latina. A Alaic poderia verificar a possibilidade de realizar cursos conjuntos, seminários, encontros e atividades além do congresso

bienal. Fazer pequenos encontros, participar mais das atividades do dia-a-dia, aproximando-se um pouco mais dos cursos de pós-graduação, onde ela tivesse por alguma razão ou outra uma identidade com algumas questões específicas, entrar nessas áreas como co-patrocinadora. Colocar o selo, o nome dela. Por exemplo, aqui no nosso programa de pós-graduação em comunicação, vamos dizer que ela se identificasse com a nossa linha de pesquisa, jornalismo e sociedade, ou com outra linha em questão. Então ela participaria aqui de nosso seminário anual, não precisava nem colocar dinheiro, mas ela diria: “Esse encontro que vocês vão fazer anualmente vai ser feito também por nós, nós vamos colocar os nomes, vamos indicar um tema, ou vamos de alguma maneira participar, vamos publicar o melhor trabalho”. Enfim, gostaria de estimular que a Alaic tivesse uma presença mais local. É importante que ela seja uma entidade internacional, mas que ela tenha também desenvolva presença mais localizada para que seja ainda mais reconhecida.

